

A - DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

Educação

Educação de crianças e adolescentes de 07 a 14 anos - Atendimento à demanda de 07 a 14 anos, inclusive através de construção, reforma e ampliação de escolas municipais de ensino fundamental e de Centros Educacionais Unificados, garantindo sua manutenção e seus equipamentos, além de estudos de viabilidade para implantação do período integral.

Educação de crianças de 0 a 6 anos - Atendimento à demanda, inclusive através da construção, reforma e ampliação de unidades de educação infantil (escolas, centros de educação infantil e creches) e de Centros Educacionais Unificados, garantindo sua manutenção e seus equipamentos; ampliação do número de atendimentos de crianças em creches, por meio de convênios.

Atendimento de jovens e adultos - Garantia do acesso de jovens e adultos que não tenham concluído a escolaridade fundamental.

Educação Especial - Atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais, com garantia da inclusão e acessibilidade.

Ensino Médio - Reforma e ampliação das escolas de ensino médio, garantindo sua manutenção e seus equipamentos.

Garantia do Acesso e Permanência

Ampliação do Programa de Renda Mínima Familiar

Ampliação do Programa Bolsa Trabalho

Garantir o transporte de alunos da rede municipal

Garantir a permanência do aluno na escola e sua emancipação social, reforçando-se a educação inclusiva.

Garantir assistência aos alunos com problemas no aprendizado e na integração escolar com o encaminhamento a profissionais especializados nas várias áreas em que o tratamento se fizer necessário.

Democratização da Gestão e Qualidade Social

Promover atividades interdisciplinares visando estreitar a relação entre a escola e a comunidade.

Garantir e ampliar os projetos Recreio nas Férias, Escola Aberta e Projeto Vida.

Informatizar as escolas, juntamente com programas de capacitação dos profissionais e alunos.

Garantir a formação permanente dos profissionais do ensino.

Saúde

Programa Nascer, Viver e Morrer bem - Modificar o quadro epidemiológico, reduzindo os principais agravos, danos e riscos à saúde e da morbi-mortalidade materna e infantil; por meio de ações de prevenção, promoção e reparação de saúde, controle de riscos bio-psicosociais nas diversas realidades que compõem a área de abrangência de cada unidade de saúde, através de ações planejadas de forma ascendente, programadas por ciclos de vida. Implementar a Prevenção e Controle de Doenças de Notificação Compulsória.

Programa Saúde integral ao seu alcance - Democratizar o acesso da população aos serviços de saúde através da implementação da gestão distrital descentralizada, do desenvolvimento gerencial das Unidades de Saúde e da expansão das equipes de saúde da família.

Construir e equipar os Hospitais M'Boi Mirim e Cidade Tiradentes, assim como estudar a viabilidade de implantação do Hospital Brasília

Construir Unidades de Saúde

Reformar Unidades de Saúde e os hospitais municipais

Construir Centros de Controle de Zoonoses

Implementação do Programa de Saúde da Família

Melhoria das ações e serviços de saúde, articulando ações preventivas e assistenciais, a partir da habilitação do Município à gestão plena do sistema tal como prevista no Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo Programa de Tratamento Odontológico, Programa de Prevenção de Doenças Oftalmológicas e Programa de Prevenção de Doenças do Aparelho Auditivo através de parcerias

Programa Hospital Amigo da Infância - Hospital para quem precisa

Desenvolver a rede hierarquizada de atendimento hospitalar, garantindo a retaguarda às demais unidades de saúde, através da regionalização e hierarquização dos serviços hospitalares; Reconstruir e redimensionar os serviços em relação à sua demanda potencial;

Reestruturar o atendimento pré-hospitalar;

Promover maior capacitação profissional.

Elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento em saúde prestado à população por meio do desenvolvimento gerencial e incorporação tecnológica do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade em gestão plena do sistema municipal de saúde.

Produzir e disseminar informações sobre a situação de saúde e dos serviços de saúde.

Implantar Sistemas Gerenciais e Mecanismos de Gestão.

Formação e Capacitação dos profissionais de saúde.

Ampliar e Melhorar a qualidade do atendimento.

Programa de atendimento ao aluno com problemas no aprendizado e na integração escolar

Programa de tratamento e prevenção ao uso de drogas e álcool

Programa de assistência às vítimas da violência

Desenvolver na rede de atendimento hospitalar a infra-estrutura necessária para garantir o atendimento especializado e integral às vítimas da violência;
Desenvolver um banco de dados que centralize as informações colhidas sobre os casos de vítimas da violência;
Dotar a rede hospitalar com profissionais especializados para o atendimento às vítimas da violência.

Inclusão Social

Combate à pobreza, à desigualdade e ao desemprego.

Continuidade do Programa Ação Coletiva de Trabalho.
Continuidade do Programa Oportunidade Solidária.
Ampliação do Programa Começar de Novo.
Ampliação do Programa de Capacitação Ocupacional e Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva.
Fortalecer o Sistema Público de Alocação de Trabalho.
Ampliação do Projeto de Reestruturação Produtiva e Relações de Trabalho.
Viabilizar acesso ao crédito à população de baixa renda objetivando ocupação e renda à mesma.
Programas sociais de assistência, com ênfase no atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, idosos, portadores de deficiência e população em situação de rua.
Programas voltados à efetivação de políticas públicas específicas às mulheres.
Realizar atividades e projetos nas áreas da cultura, lazer, esportes, abastecimento e comunicação, visando à integração social.
Programa de inserção de jovens no primeiro emprego.
Viabilizar o acesso do desempregado na participação em concursos públicos, através de estudos de viabilidade objetivando isenção do pagamento da inscrição.

Abastecimento

Ampliar a oferta da merenda escolar, incentivando a formação de hábitos alimentares saudáveis e viabilizando o acesso a gêneros diferenciados.
Continuidade do Leve-leite com ênfase no combate à desnutrição infantil.
Continuidade dos demais programas de abastecimento.

Segurança Pública

Aumentar a segurança preventiva e valorizar a cidadania, através da construção, melhoria, reforma e manutenção dos equipamentos dos Corpos de Bombeiros e da Guarda Civil Metropolitana.

Implantar programas sociais de esporte e lazer, garantindo prioridade às regiões com maiores índices de violência

Atendimento habitacional

Programa de Verticalização de Favelas - Recuperação de áreas degradadas, construção de unidades habitacionais em favelas.
Urbanização e Regularização de loteamentos irregulares.
Construção de Unidades Habitacionais em regime de mutirão.
Produção de unidades habitacionais no Programa Morar Perto.
Implementar o Programa de Locação Social e dar continuidade ao sub-programa de cortiços.
Produzir unidades habitacionais em parceria com a CDHU.
Produzir unidades habitacionais no Programa de Arrendamento Residencial (PAR).
Continuidade das Atividades da Comissão Permanente de Acessibilidade.

Transformações Urbanas

Melhoria da Infra-estrutura Urbana e dos Serviços da Cidade

Implementação de Projetos Urbanos.
Continuidade das obras de infra-estrutura urbana, priorizando a instalação de pontos de luz em escadões e vielas de acesso entre logradouros.
Ampliação da Rede de Iluminação Pública.
Recuperação de Centros de Abastecimento, mercados, sacolões e feiras.
Implantar, reformar e manter equipamentos esportivos, de cultura e lazer, parques, centros de atendimento a crianças e adolescentes, com prioridade nas regiões com maiores índices de violência.
Incentivo ao turismo na Cidade de São Paulo.
Construção, reforma ou manutenção de quadras poli-esportivas em Conjuntos Habitacionais para esporte e lazer da população.

Canalização e Implantação das Vias de Fundo de Vale de Córregos (PROCAV)

Canalização de Córregos.
Pavimentações de Vias.
Implantação de Piscinões.
Implantação de Áreas Verdes.
Reassentamento de Famílias.

Programa de recuperação e preservação ambiental

Urbanização de favelas e adequação da infra-estrutura urbana em loteamentos, visando a reduzir o aporte de esgotos domésticos e sedimentos dos reservatórios;
Intervenções para melhoria da qualidade do meio-ambiente.
Ampliação das ações para a recuperação das Bacias Billings e Guarapiranga

Revitalização dos bairros

Obras de recuperação do sistema viário (recapeamento e asfaltamento), dos equipamentos públicos e de paisagismo urbano
Pavimentação de vias, principalmente através do Plano de Pavimentação Urbana Comunitária (PPUC), e/ou com parceria com as comunidades
Pavimentação de vias, dando prioridade a logradouros com projetos de pavimentação
Construção de parques e praças, galerias de águas pluviais e outras, tendo como objetivo, além da reurbanização dos bairros, a reordenação da centralidade da cidade de São Paulo, criando oportunidades de desenvolvimento e possibilitando a implantação das Subprefeituras.
Estudo de viabilidade de fomento para construção, reforma, ampliação, manutenção e aquisição de bens e equipamentos, através de legislação pertinente, para os parques, praças e áreas verdes, visando estabelecer parcerias com o setor privado.

Requalificação do Centro

Reestruturação dos equipamentos públicos
Ações de paisagismo urbano e revitalização de parques e praças
Implementação de programas de moradia de interesse social.

Melhoria do trânsito e do fluxo de veículos

Implantação dos Projetos de Veículos Leves sobre Pneus e Corredores de Ônibus, com sistema de bilhetagem eletrônica.
Revitalização do trolebus.
Melhorar a eficiência e a qualidade do transporte e do trânsito, com vistas ao aumento de velocidade comercial dos ônibus e à melhoria das condições de segurança e conforto dos usuários.

Ordenamento e adequação do transporte e do trânsito

Estabelecer prioridade operacional para a circulação dos ônibus nos horários de pico e no sistema viário de apoio ao sistema troncal de ônibus;
Obras de pequeno porte visando à melhoria do desempenho do sistema viário do Município.

Limpeza Urbana

Ampliação dos serviços de limpeza urbana.
Coleta seletiva e reciclagem do lixo, priorizando na rede municipal de ensino.
Implantação de aterros sanitários.

Modernização da Administração

Implantação de novos sistemas de gestão pública: administração gerencial, tributária, financeira, de recursos humanos, compras e suprimentos, de processos e de gestão dos setores sociais.
Dar continuidade à implantação do Orçamento Participativo.
Implementação das Subprefeituras.
Governo Eletrônico - Implantação de Telecentros e de serviços eletrônicos
Capacitação dos servidores municipais - Escola de Formação do Servidor Municipal
Implementação do Centro de Informações da Cidade de São Paulo
Implantação da Base Cartográfica Digital do Município
B - OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS, CONTRATUAIS E LEGAIS

Pagamento das parcelas do refinanciamento da dívida, conforme contrato celebrado com a União em 03.04.2000;
Pagamento da dívida judiciária (precatórios) - Emenda Constitucional nº 29/2000;
Estudos para implementação do sistema previdenciário próprio dos servidores municipais;

Outras obrigações constitucionais, contratuais e legais.

ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METAS FISCAIS PARA 2003/2005

1 - RECEITA

As hipóteses de natureza macroeconômica contidas nas estimativas da Receita consistem em:

- a) inflação anual estimada em 5% para 2002, sendo que as estimativas da receita para o período 2003-2005 foram efetuadas a preços correntes de 2002;
- b) crescimento da atividade econômica estimada em 3, 4 e 5% ao ano para 2003, 2004 e 2005 respectivamente.

A variação real prevista da Receita Corrente de 2003 em relação àquela de 2002 é de 2,8%.

Principais fatores de acréscimo da Receita Corrente:

1. A variável principal a explicar esse comportamento positivo da Receita Corrente é a hipótese de crescimento do PIB adotada para 2003, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências correntes, exibe correlação direta com a performance geral da economia do país.

2. Além disso, estima-se, para o ISS, um crescimento real ligeiramente superior àquele previsto para o PIB, basicamente em função da grande probabilidade de aprovação, pelo Congresso Nacional, da PEC 407-A/2001 que, em seu artigo 4º, fixa alíquota mínima de 2% para esse imposto. Na medida em que o Município de São Paulo é um dos mais afetados pela guerra fiscal que hoje predomina no âmbito desse tributo, a fixação dessa alíquota mínima deve contribuir para elevar sua arrecadação. Outro fator que deve atuar no mesmo sentido são alterações na legislação municipal sobre o ISS, ora em estudo, e que devem ser implementadas em 2003.

Principais fatores de declínio da Receita Corrente:

1. O decréscimo real previsto em 2003 relativamente a 2002 nas receitas advindas da execução da dívida ativa constitui o primeiro fator a ser considerado dentre aqueles que explicam porque as receitas correntes totais exibem um crescimento real de apenas 2,8%, a despeito do crescimento de 3% previsto para o PIB e da boa performance esperada para o ISS. A explicação para tal decréscimo é que as receitas decorrentes da execução da dívida ativa esperadas para 2002 deverão sofrer grande influência da aprovação do Programa Especial de Parcelamento (Lei Municipal nº 13.283), efeito que não deverá se repetir em 2003.

2. O segundo fator importante a explicar um crescimento total das receitas correntes não tão substantivo em 2003 é o decréscimo previsto nas receitas de aplicações financeiras, tendo em vista as hipóteses adotadas no Plano Plurianual e ainda mantidas de comportamento declinante da taxa interna de juros.

3. Finalmente há que se registrar também o crescimento esperado das transferências de ICMS em valor inferior àquele que seria compatível com a taxa de crescimento prevista para o PIB, em função da tendência declinante do índice de participação do Município de São Paulo nas receitas provenientes desse tributo, cuja arrecadação é de competência do governo do Estado.

Receitas de Operações de Crédito:

As Receitas de Operações de Crédito previstas para o período derivam de operações já contratadas no âmbito do BID (PROCAV e PROVER) e da CEF e a contratar.

Dentre as operações a contratar, destacam-se os recursos a serem desembolsados no âmbito dos projetos já aprovados pelo BNDES (Programa de Modernização da Administração Tributária - PMAT e Programa Prioritário de Transportes). A proximidade de contratação e de revisão dos valores previstos nesses financiamentos deverá propiciar uma concentração dos desembolsos no presente exercício e em 2003.

Ainda dentre as operações a contratar, estima-se também o aporte de recursos decorrente de muito provável aprovação dos projetos do PROCENTRO e GUARAPIRANGA (operações externas), ainda que os desembolsos, neste último caso, devam se concentrar nos dois últimos anos do período.

Os valores projetados para receitas no período de 2004 a 2005 foram reestimados a partir dos valores previstos para 2002 e 2003, segundo hipóteses adotadas no Plano Plurianual 2003/2005.

2 - DESPESA

2.1 As despesas com o serviço da dívida (amortização e juros), incluindo-se o refinanciamento da dívida mobiliária e os encargos decorrentes dos demais contratos de empréstimos, deverão onerar 13,0% da Receita Líquida Real;

2.2 As despesas com precatórios atendem à continuidade dos pagamentos de precatórios de natureza alimentar, precatórios complementares e 1/10 dos passíveis de parcelamentos em função da Emenda Constitucional nº 30/2000. Os precatórios de "pequeno valor" são agora atendidos por dotação orçamentária própria sendo que o valor inicial previsto é atualizado anualmente pelo IPCA;

2.3 A evolução das despesas com pessoal considera o crescimento vegetativo esperado no período e as mudanças decorrentes da implementação de um novo plano de cargos e salários para a PMSP;

2.4 Com relação à demais despesas de custeio, tem havido um esforço da atual administração em reduzir em torno de 10% as despesas de contratos de prestação de serviços e de material de consumo. Por outro lado há um crescimento de novos contratos para ampliação de serviços à comunidade nas áreas de educação, saúde, esportes, cultura e outras. Dessa forma, a conjunção desses dois fatores, isto é, a racionalização de gastos e expansão de novos serviços, resulta numa expectativa de redução do item outras despesas correntes em 2,4% para 2003 e de incremento de cerca de 3% ao ano, a partir de 2004.

2.5 A expectativa é de redução no volume de investimentos em 2003, em função da necessidade de ampliação de serviços para manutenção das novas obras que serão construídas em 2002, principalmente nas áreas de educação e saúde.

Resultados Primário, Nominal e Orçamentário:

A expectativa de resultado primário para 2002 é consideravelmente inferior a 2001, visto que nesse ano foi contabilizado volume expressivo de Receita de Cancelamento de Restos a Pagar e também porque em 2002 serão realizadas despesas a conta do superávit orçamentário registrado em 2001. Em consequência disso, os resultados nominal e orçamentário apresentarão valores negativos em cerca de R\$ 250,0 milhões.

A partir de 2003 a expectativa é de resultados primário e nominal positivos e crescentes e de equilíbrio orçamentário.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2003

ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS

AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS RELATIVAS A 2001

As metas fiscais estabelecidas na LDO para 2002 foram não apenas cumpridas mas largamente superadas no ano de 2001. Quando comparados em termos de valores correntes do ano de 2002, os superávites primário e nominal foram superiores aos previstos em 97,3% e 740,3% respectivamente, enquanto o resultado orçamentário verificado superou em 362,7% o previsto.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2003								
ANEXO II								
ANEXO DE METAS FISCAIS								
	1999	2000	2001		2002	2003	2004	2005
RECEITA (A)	7.869,0	8.769,9	9.398,4	RECEITA (A)	9.998,0	10.153,8	10.894,8	11.129,7
Receitas Correntes	7.833,6	8.709,7	9.369,7	Receitas Correntes	9.725,5	10.047,5	10.841,7	11.088,5
Receita Tributária	3.509,7	3.749,4	3.868,2	Receita Tributária	4.737,4	5.078,3	5.434,1	5.782,4
Transferências Correntes	3.418,3	3.861,1	3.982,5	Transferências Correntes	3.807,0	3.885,5	4.085,7	4.185,4
Outras Correntes	805,6	1.299,2	1.526,7	Outras Correntes	1.231,1	1.085,7	1.101,9	1.116,6
Receitas de Capital ⁽¹⁾	35,4	60,2	39,7	Receitas de Capital ⁽¹⁾	212,5	106,0	83,1	81,1
DESPESA (B)	8.218,2	8.903,2	7.849,1	DESPESA (B)	9.380,5	9.108,5	9.431,8	9.749,7
Despesas Correntes	7.074,0	8.023,0	7.028,0	Despesas Correntes	7.721,0	7.752,5	7.988,9	8.235,9
Despesas de Custeio	5.864,4	4.446,7	5.369,0	Pessoal e Encargos Sociais	3.752,5	3.879,9	3.980,9	4.104,9
Transferências Correntes ⁽²⁾	1.109,5	1.573,3	1.657,0	Outras Despesas Correntes ⁽³⁾	3.968,5	3.872,0	3.998,0	4.131,0
Despesas de Capital	1.144,3	890,2	523,0	Despesas de Capital ⁽²⁾	1.659,5	1.356,7	1.444,9	1.504,8
Investimentos	666,9	593,6	377,9	Investimentos	1.450,5	1.208,7	1.294,9	1.384,8
Inversões	162,5	122,7	108,1	Inversões	141,0	150,0	180,0	150,0
Transferências de Capital ⁽³⁾	324,9	163,9	37,0					
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	(349,3)	1.866,7	1.569,4	RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	637,4	1.044,6	1.173,0	1.394,0
JUROS DA DÍVIDA (C)	299,4	413,8	864,1	JUROS DA DÍVIDA (C)	908,0	982,8	1.038,0	1.081,0
RESULTADO NOMINAL A - (B+C)	(648,8)	1.452,8	994,2	RESULTADO NOMINAL A - (B+C)	(262,5)	62,8	143,0	308,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO LÍQUIDAS (D)	11,3	3,5	(209,8)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO LÍQUIDAS (D)	9,2	(62,0)	(143,0)	(308,0)
Operações de Crédito	148,8	720,8	79,3	Operações de Crédito	312,7	245,0	154,0	0,0
(-) Amortizações + DEAs	135,3	117,4	289,1	(-) Amortizações + DEAs	303,5	297,0	297,0	308,0
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A+D) - (B+C)	(537,4)	1.456,2	786,5	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A+D) - (B+C)	(253,4)	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA FUNDADA ⁽⁴⁾	13.759,9	15.478,1	16.183,2	DÍVIDA FUNDADA ⁽⁴⁾	16.302,9	16.340,9	16.277,9	16.049,9

(1) Excesso Operações de crédito
(2) Excesso juros da dívida
(3) Excesso amortizações de dívida
(4) Dívida Fundada por Controle, conforme classificação no Anexo. Em valores de 31.12.2001 - Inflator IPC-Fipe

Em milhões de reais correntes de 2002

BR 05.02.03

(1) Excesso Operações do crédito
(2) Saldo juros da dívida
(3) Excesso amortização da dívida
(4) Dívida Fundada por Contrato, significa classificação no balanço. Em valores de 31.12.2001 - Inflator IPC-PPR

EM 02.02.02.

1 - RECEITAS

Em relação ao comportamento das receitas, verificou-se uma arrecadação 10,2% superior ao previsto pela LDO 2002, devido principalmente à elevação das Receitas Correntes (+10,6%). As Transferências Correntes aumentaram em 6,6% e em especial o item Outras Receitas Correntes superou a previsão em 75,1%, devido ao grande volume de cancelamento de restos a pagar, 355,8% superior ao valor orçado.

As Receitas de Capital, estimadas em R\$ 274,4 milhões, alcançaram R\$ 119,0 milhões, ou 43,4% do previsto, sobretudo em virtude do atraso nas liberações das operações de crédito contratadas junto ao BNDES (Programa prioritário de transportes no município) e ao BID (Procentro). Além disso, em razão da restrita capacidade de investimento dada pelas receitas próprias, os contratos de financiamento externo em andamento (BID-Prover e BID-Procav) tiveram seus prazos de desembolso prorrogados, ficando uma parte das receitas previstas transferidas para 2002.

2 - DESPESAS

O total das despesas realizadas praticamente coincidiu com as despesas previstas em 2001 no anexo de metas fiscais da LDO para 2002.

As despesas correntes superaram a previsão em 4,4%, enquanto as despesas de capital ficaram 38,9% abaixo do valor constante do citado anexo.

Tal fato se deveu à necessidade de redirecionar recursos de investimentos para o pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores (DEAs), que consumiram R\$ 252,2 milhões a mais que o inicialmente previsto no orçamento de 2001. Estes pagamentos de despesas de exercícios anteriores ocorreram, em grande parte, como forma de solucionar a dívida de curto prazo existente em 2000, ocasionada pelo grande volume de empenhos sem a respectiva disponibilidade de caixa, cancelados por força da Lei 101/2000.

Após esse cancelamento, para possibilitar o pagamento dessa dívida, a administração municipal propôs aos credores um parcelamento dos débitos em 4 (quatro) anos, com pagamento através de despesa de exercícios anteriores. Isto é, a dívida que era inicialmente financeira e de curto prazo - restos a pagar - foi cancelada e transformada em pendência orçamentária a ser quitada anualmente.

Ao lado disso, o crescimento das despesas com a folha de pagamento canalizou recursos inicialmente destinados a investimentos. Isto nos levou a uma execução de projetos (valores empenhados) de aproximadamente R\$ 500 milhões, isto é, cerca de 6,0% das receitas efetivamente arrecadadas.

O volume investido representa um enorme esforço da administração em, apesar do endividamento de longo prazo e da pressão da dívida de curto prazo com fornecedores, manter pelo menos uma parte dos recursos para construções de equipamentos sociais e infra-estrutura urbana. Registramos que uma boa parte desses equipamentos e obras de infra-estrutura não puderam ser concluídos em 2001, continuando em andamento em 2002.

Os pagamentos de precatórios judiciais foram retomados, destacando-se aqueles de pequeno valor (Lei 13.179, de 25/09/2001). Apenas entre outubro e dezembro de 2001 foram pagos 1434 precatórios de pequeno valor, que somaram R\$ 3,86 milhões. Os pagamentos ao funcionalismo foram regularizados, os empenhos cancelados em 2000 tiveram seus pagamentos escalonados e a normalidade do fornecimento dos serviços básicos foi reestabelecida.

3 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

O resultado primário alcançou R\$ 1,85 bilhões, 97,3% a mais que o inicialmente previsto, enquanto o resultado nominal chegou a R\$ 996,3 milhões, 740,3% acima do valor previsto na LDO para 2002 (valores correntes de 2002).

4 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É importante destacar que este resultado orçamentário é em grande parte devido à receita de cancelamento de Restos a Pagar, que cresceu muito durante o exercício de 2001 em função dos cancelamentos de empenho do ano de 2000.

Essa receita, contudo, é meramente contábil, visto que não havia em 2000 disponibilidade de caixa correspondente ao volume de empenhos cancelados.

Dessa forma, se expurgarmos do resultado orçamentário o volume de receitas de cancelamento de restos a pagar, isto é, R\$ 533,1 milhões, teremos um superávit orçamentário real de R\$ 253,4 milhões.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2003
ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

				Valores Correntes		
	dez/99	dez/00	dez/01	dez/99	dez/00	dez/01
ATIVO	24.524.716.321,82	31.158.547.856,83	48.411.017.283,88	PASSIVO	24.524.716.321,82	31.158.547.856,83
ATIVO FINANCEIRO	70.597.000,30	96.464.666,83	949.339.746,23	PASSIVO FINANCEIRO	2.332.347.648,10	856.435.245,37
DISPONÍVEL	52.918.687,54	64.223.202,55	904.105.951,80	Restos a Pagar	1.750.925.795,65	576.700.508,45
Caixa	2.940,74	193,87	290,53	Serviço da Dívida a Pagar	111.766.418,56	1.177.138,84
Bancos	9.299.095,18	11.138.993,89	17.185.197,21	Créditos de Contribuintes	8.527.244,69	25.710.403,32
Bancos, Contas Especiais	1.261.938,40	1.938.288,35	1.003.257,78	Depósitos Diversos	4.557.213,01	5.178.163,24
Aplicações Financeiras	42.355.015,22	51.145.726,64	885.917.236,28	Credores Div. Particulares	2.563.998,28	2.299.706,84
REALIZÁVEL	17.678.312,76	32.241.458,28	45.233.794,43	Credores Diversos Públicos	248.866.591,52	246.546.463,72
Contrib. Taxa Pav. Lei-5424/57	0,01	0,01	0,01	Emprést. Por Antec. Da Rec.	205.140.386,39	-
Devedores Div. Particulares	17.678.312,75	32.241.458,27	45.233.794,42			
Devedores Div. Públicos	-	-	-			
ATIVO PERMANENTE	14.746.453.257,64	16.606.696.573,97	20.130.928.823,94	PASSIVO PERMANENTE	13.864.490.272,02	16.593.078.430,45
Bens Móveis	140.294.343,68	184.243.237,59	200.104.584,48	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	11.144.638.536,29	13.139.442.470,15
Bens Imóveis	7.144.483.259,48	7.340.402.490,96	7.940.733.787,23	Empréstimos por Contratos	1.042.678.007,05	13.139.442.470,15
Bens Industriais	0,05	0,05	0,05	Empréstimos em LFTM	10.101.960.528,24	14.840.002.275,41
Dívida Ativa a Cobrar	4.909.350.851,58	8.194.710.555,53	8.283.558.086,98	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	1.159.531.035,37	1.309.158.773,78
Ações e Outros Valores	1.340.933.378,54	1.496.704.803,58	1.598.993.055,50	Emprést. Ext. p/ Contratos	1.159.531.035,37	1.309.158.773,78
Amortizado	28.867.168,17	32.839.015,47	59.358.870,83	DIVERSOS	1.560.320.700,36	2.144.477.186,54
Fundos Especiais	1.678.598,50	-	82.960.631,27	Entid. Autarqu. - c/ Passivo	47.751.414,75	37.836.960,51
Bens e Valores a Incorporar	131.256.894,68	104.149.422,84	1.558.552.618,14	Encarg. Decor. de Precat. Jud.	1.287.802.857,69	1.871.877.984,53
Entidades Autarqu. C/ Ativo	1.050.567.637,35	1.252.425.522,30	1.221.525,65	Encarg. Decor. das Consig..	192.024.884,89	203.097.267,09
Financiamentos Concedidos	1.221.525,65	1.221.525,65	405.445.853,81	Parcelamento do Débito	32.741.543,03	31.664.984,41
Créditos de Precatórios	-	-	-	Empréstimos com IPREM	-	583.728.005,26
SALDO PATRIMONIAL	1.378.787.642,18	746.352.441,02	-	SALDO PATRIMONIAL	1.378.787.642,18	746.352.441,02
PASSIVO REAL DESCOBERTO	1.378.787.642,18	746.352.441,02	-	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.378.787.642,18	746.352.441,02
ATIVO COMPENSADO	8.327.976.461,89	21.709.334.130,23	28.139.748.715,71	PASSIVO COMPENSADO	8.327.976.461,89	21.709.334.130,23
Devedores por Valores	1.654.428.907,27	13.910.249.881,15	15.693.456.313,22	Val. em Poder de Terceiros	1.654.428.907,27	13.910.249.881,15
Valores de Terceiros	174.643.921,93	191.430.838,12	233.816.819,23	Credores p/ Val. em n/Poder	174.643.921,93	191.430.838,12
Dívida Autorizada a Utilizar	2.034.530.243,90	1.892.778.516,02	2.873.181.555,42	Autorizações de Div. A Utilizar	2.034.530.243,90	1.892.778.516,02
Garantias Div. Da Municipalidade	1.486.821.357,40	2.452.158.638,92	2.523.934.167,37	Garantias Conc. A Terceiros	1.486.821.357,40	2.452.158.638,92
Diversos	2.977.453.971,30	3.262.716.256,02	4.006.359.858,47	Diversos	2.977.453.971,30	3.262.716.256,02

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2003

ANEXO III - ANEXO DE RISCOS FISCAIS

PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS FISCAIS

1 - ELETROPAULO

Em relação à dívida existente entre a Prefeitura e essa Empresa, encontra-se em fase de conclusão um “encontro de contas” entre as duas partes, visto que a Eletropaulo tem débitos tributários com a Prefeitura.

Os pagamentos correntes à Concessionária foram retomados em 2001, sendo que uma parcela da dívida de exercícios anteriores, no valor aproximado de R\$ 70 milhões, foi também liquidada neste exercício.

Ao término desse levantamento e negociação será estabelecido um Termo de Parcelamento dessa dívida em prazo compatível com as disponibilidades financeiras da Prefeitura.

2 - IPREM

Com relação à dívida da Prefeitura com o IPREM, já foi assinado um contrato de renegociação da dívida resultante dos empréstimos da lei 12.158/96, que depende ainda de aprovação legal. Esta dívida consta agora do Balanço da Prefeitura como dívida de longo prazo, por orientação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Com relação às demais pendências da Prefeitura para com o IPREM, como ressarcimento por leis específicas e contribuições patronais, está em estudo a consolidação desses valores e uma forma de pagamento parcelado dos mesmos.

3 - PRECATÓRIOS

O estoque atual de precatórios a pagar da Prefeitura é de aproximadamente R\$ 3,0 bilhões. Os precatórios objeto da Emenda Constitucional nº 30/2000 já tiveram seus 1ºs décimos pagos. Paralelamente foram retomados os pagamentos de precatórios de natureza alimentar e dos complementares.

Quanto aos precatórios de pequeno valor foi aprovada a lei 13.179 de 25/09/2001 que define quais seriam esses precatórios e que possibilitou só no ano passado o pagamento de R\$ 3,86 milhões, liquidando mais de 1.400 processos de precatórios pendentes.

4 - PESSOAL

Cerca de 6.400 ações ainda tramitam nas varas da fazenda municipal, mantidas por servidores que buscam seus direitos pelo descumprimento, pelo Executivo, de legislação municipal. As despesas decorrentes dessas condenações são atendidas pelas dotações de pessoal e pelas dotações de precatórios de natureza alimentar, razão pela qual não se incluiu qualquer previsão na “Reserva de Contingência”.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2003

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - IPREM

CÁLCULO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA EM 31/12/2001

Objetivo

Cálculo dos capitais de cobertura para o conjunto de pensões em curso, de acordo com o que determina a lei nº 9.157, de 1º de dezembro de 1980, posicionados em dezembro de 2001. A soma dos capitais de cobertura relativos ao conjunto de pensionistas determina o valor que deve compor o Fundo de Previdência do IPREM, conforme dispõe a legislação em vigor.

O regime de repartição de capitais de cobertura pressupõe a constituição, a cada evento, da reserva matemática que deve ser capaz de honrar os compromissos do IPREM, relativamente ao pagamento dos benefícios, durante todas as suas durações. A parte do patrimônio do IPREM correspondente à soma desses capitais de cobertura deverá ter como rentabilidade mínima a taxa atuarial de juros, neste caso, de 6% a.a. Análise dos dados cadastrais dos pensionistas do IPREM

O conjunto de pensionistas do IPREM se divide em dois grupos distintos. O primeiro corresponde às pensões iniciadas antes da edição da lei nº 9.157, período em que vigoravam as leis nº 1.236, 147, 514 e 7.447. O segundo grupo corresponde às pensões concedidas a partir de 1º de janeiro de 1981, início de vigência da lei nº 9.157.

Bases técnicas

Para o cálculo dos capitais de cobertura, foi adotada a AT-49, que é a tabela referencial para sobrevivência, indicada pela legislação que determina a reorganização dos regimes próprios de previdência; em particular, a portaria MPAS n.º 4.992. Cálculo dos Capitais de Cobertura - metodologia

Pensões iniciadas antes da lei n.º 9.157

CapCob = 13* a ⁽¹²⁾ * valor _ Iprem
Y

CapCob = 13* a ⁽¹²⁾ * valor _ Iprem
21-t

onde

y corresponde a idade do beneficiário vitalício
t corresponde a idade do beneficiário temporário
Pensões iniciadas depois da lei n.º 9.157

12
CapCob = 13* (a + a) * bem _ Iprem
t 21-t y + t

onde

y corresponde a idade do beneficiário vitalício mais novo
t corresponde a 21 anos - idade do dependente temporário mais novo
CONCLUSÃO

O Fundo de Previdência de responsabilidade do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM, em 31 de dezembro de 2001, calculado de acordo com a metodologia e as bases técnicas expostas nesta nota técnica, corresponde ao valor de R\$ 1.414.159.593,43, devendo ser consignado no balanço patrimonial da entidade.

A parcela relativa aos pensionistas cujos benefícios foram concedidos na vigência das leis 126, 147, 514 e 7447 é de R\$ 77.978.221,44, e a parcela correspondente aos pensionistas cujos benefícios foram concedidos na vigência das leis 9.157 e 10.828 é de R\$ 1.336.181.371,99

RESUMO

Fundo de Previdência em 31/12/2000 R\$ 1.087.464.697,00

Capitais de cobertura, em 31/12/2001, relativo às pensões que se iniciaram durante o ano de 2001 R\$ 156.978.907,92

Fundo de Previdência em 31/12/2001 R\$ 1.414.159.593,43

Elaborado por :Mônica Christina O. A. Soares
Atuária - Miba 576
Em 15 de fevereiro de 2002.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO			
DIVISÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADES			
BALANÇO TÉCNICO FINANCEIRO ATUARIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001			
FUNDO		COMPROMISSOS	
I. DO EXERCÍCIO		I. DO EXERCÍCIO	
CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS		COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO	
(Recursos de Contribuições)		Somatório dos capitais de cobertura	
Contribuições Patronais		necessários a cobertura das pensões	
161.194.899,32	724.311.857,77	iniciadas no exercício.	
63.118.959,49		384.325.234,38	194.325.234,59
CORREÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES E OUTROS CRÉDITOS		BENEFÍCIOS DEVIDOS	
1.201.196,75		Pensões	
VARIÁVEIS ATIVAS		Auxílio Funeral	
Emprestimos operacionais		Auxílio Educação	
0,00	23.496,50	(9.780.663,19)	(9.773.73,14)
Obras, instalações e material permanente	23.496,50	0,00	(9.971.279,49)
RECEITAS FINANCEIRAS	1.294.154,77	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	
OUTRAS RECEITAS	7.367.500,08	Pensionistas	
SUPERÁVIT TÉCNICO (Lei 9157/89, art.33)		254.258.207,83	(58.761,12)
		(17.279.299,91)	(58.761,12)
TOTAL		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
156.978.907,92		Pessoal	
		Outras	
		(14.007.030,41)	(18.416.183,03)
		(8.409.158,92)	(18.416.183,03)
		TOTAL	
		196.978.907,92	
II. DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		II. DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
ATIVO REAL LÍQUIDO - 2001		COMPROMISSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Ativo Real Líquido - 2000		Somatório dos capitais necessários a	
Variações Ativas		cobertura de pensões iniciadas até	
Variações Passivas		31/12/2000	
1.197.813.061,78	1.498.955.215,15	1.082.464.897,80	
536.994.342,60			
(225.822.189,24)			
FUNDOS DO EXERCÍCIO	(234.238.207,83)	1.082.464.897,80	
SUPERÁVIT TÉCNICO (Lei 9157/89, Art. 33)		1.082.464.897,80	
TOTAL	1.387.180.884,51	TOTAL	1.257.180.884,51
TOTAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA	1.414.169.393,43	SOMATÓRIA DOS COMPROMISSOS COM PENSÕES ATÉ 31/12/2001	1.414.169.393,43
SUPERÁVIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO		SOMATÓRIA DOS CAPITAIS DE COBERTURA (FUNDO PREVIDÊNCIA)	
SUPERÁVIT TÉCNICO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		ATIVO REAL LÍQUIDO	
TOTAL DO SUPERÁVIT TÉCNICO		SUPERÁVIT TÉCNICO ATUARIAL AGENDADO	

Este Balanço Técnico Atuarial (art. 33, letra e do Decreto Federal nº 906/69, alterado pelo Decreto nº 33.941/66) foi elaborado em conformidade com o artigo 33 da Lei Municipal nº 9.157/89, considerando o patrimônio do IPREM, com a somatória dos 23% da cobertura (Fundo de Previdência) demonstrando despesadamente o resultado atuarial do sistema de previdência. No presente Balanço destacamos os resultados atuariais especificados.

LUIGIANO SERRANO JUNIOR
DIRETOR DE DEPARTAMENTO
RESP. DIVISÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
C.R.C. 187.127.80/HO-3

MÔNICA CRISTINA O. A. SOARES
DELFINOS SERVIÇOS TÉCNICOS S.A.
MIBA nº 476

JOSE ROBERTO SQUIRRA JUNIOR
SUPERINTENDENTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO				
SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
ASSESSORIA GERAL DO ORÇAMENTO - AGO				
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO				
LRF, § único do art. 45				
Posição: 31.03.02			EM REAIS	
Órgão	Projeto	Descrição do Projeto	Dotação Atualizada	Valor Empenhado
11	1031	Construção, Ampliação e Reforma de Edificações - SGM	84.210,00	68.367,45
12	1130	Projetos Especiais	582.618,00	479.108,19
12	1132	Construção, Ampliação e Reforma de Dependências da SIS	712.303,42	92.209,73
12	1133	Construção de Muros e Passeios	1.073.401,95	7.035,99
12	1134	Construção de Praças, Parques e Jardins	3.620.520,00	15.290,00
12	1135	Construção de Pequenas Galerias	4.916.739,21	131.728,87
12	1136	Construção de Muros de Arrimo	5.530.988,98	218.391,70
12	1139	Recapamento e Capesamento de Vias Públicas	17.219.859,00	5.232.121,87
12	1140	Construção de Escadarias e Vias	3.643.433,79	13.950,58
12	1141	Execução de Guias e Sarjetas	4.479.489,84	106.274,89
14	1251	Aumento de Capital da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB	62.610.000,00	32.000.000,00
14	1253	PROCENTRO - Projetos Pólos de Recuperação Urbana	5.217.600,00	634.083,95
14	1254	Programa de Recuperação Urbana e Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga	10.966.000,00	7.953.933,88
14	1255	FMH - BAIRRO LEGAL e Provisão Habitacional/Obras e Serviços Empreitados	7.008.700,00	4.784.690,00
14	1257	Comissão Permanente de Acessibilidade - CPA	2.087.000,00	757.597,85
14	1261	FMH - Programa de Provisão/Mutirão - Emenda 1138 - Parcial	26.067.500,00	10.647.560,00
14	1262	Fundo Municipal da Habitação - MORAR PERTO	14.000.000,00	3.546.300,00
14	1273	Programa de Verticalização e Urbanização de Favelas	52.519.235,00	19.497.139,82
14	1274	Reassentamento de Famílias - Programa PROCAV II	16.151.293,00	6.957.777,40
14	1281	Regularização de Loteamentos e Arruamentos	34.450.401,58	13.907.895,22
14	1282	FMH-Mutirão - Infraestrutura	7.304.500,00	5.202.030,00
15	1380	Melhorias e Benefícios nas Dependências de SGP	669.928,99	371.928,51
15	1383	Implantação do PMAT - Programa de Modernização da Admin. Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos	14.867.788,00	498.333,34
15	1385	Implantação da Escola de Formação do Servidor Municipal	430.985,50	43.679,70



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ASSESSORIA GERAL DO ORÇAMENTO - AGO

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO
LRF, § único do art. 45

Posição: 31.03.02

EM REAIS

Órgão	Projeto	Descrição do Projeto	Dotação Atualizada	Valor Empenhado
16	1400	Reforma e Ampliação de Próprios Municipais	1.116.545,00	102.907,37
16	1405	Construção da EMEI Ana Neri	266.092,50	255.000,00
16	1408	Construção da EMEI City Jaraguá IV	1.018.607,26	1.018.607,26
16	1409	Construção da EMEI City Jaraguá I	1.360.363,14	1.360.363,14
16	1411	Construção da EMEI Fazenda da Juta - Área 7	368.225,00	346.356,02
16	1412	Construção da EMEI Fazenda da Juta - Área 18	482.893,64	481.668,33
16	1414	Construção da EMEI COHAB - Heliópolis (I)	150.000,00	150.000,00
16	1417	Construção da EMEI COHAB Barro Branco II	863.461,26	863.461,26
16	1419	Construção da EMEI Jardim Cachoeira	1.043.500,00	814.019,20
16	1420	Construção da EMEI Jardim João XXIII	224.352,50	202.625,40
16	1423	Construção da EMEI Fernando de Azevedo	449.331,54	449.331,54
16	1424	Construção da EMEI Gualanazes	459.304,71	459.304,71
16	1425	Construção da EMEI Grajaú	285.090,12	281.311,67
16	1426	Reforma e Ampliação de Escolas Municipais de Educação Infantil	10.821.095,00	3.794.523,92
16	1427	Construção de Escolas Municipais de Educação Infantil	3.226.506,50	180.062,19
16	1430	Reforma e Ampliação de Escolas Municipais de Ensino Fundamental	17.468.887,71	7.601.772,37
16	1431	Construção de Escolas Municipais de Ensino Fundamental	6.558.818,00	197.872,64
16	1433	Construção da EMEF COHAB Valo Velho	991.678,35	781.809,59
16	1434	Construção da EMEF IV Centenário	986.895,66	986.895,66
16	1435	Construção da EMEF Jardim João XXIII	1.214.778,92	1.214.778,92
16	1438	Construção da EMEF Jardim Santa Fé	1.779.015,22	1.779.015,22
16	1445	Construção da EMEF Fazenda da Juta - Área 7	845.235,00	807.034,20
16	1449	Construção da EMEF Jardim Aurélio	1.033.003,61	1.033.003,61



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ASSESSORIA GERAL DO ORÇAMENTO - AGO

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO
LRF, § único do art. 45

Posição: 31.03.02

EM REAIS

Órgão	Projeto	Descrição do Projeto	Dotação Atualizada	Valor Empenhado
16	1451	Reforma e Ampliação de Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio	1.815.690,00	1.254.965,82
16	1453	Reforma e Ampliação de Escolas Municipais de Educação Especial	83.259,79	47.000,00
16	1455	Construção da EMEF Chico Falcão I	845.235,00	822.308,59
16	1456	Construção da EMEF Vila Guacurú	1.448.367,85	1.448.367,85
16	1457	Construção da EMEF Jardim Lucélia	1.835.191,59	2.994,92
16	1549	Construção de Creches	5.871.879,80	1.018.237,82
16	1550	Reforma e Ampliação de Creches	11.326.857,73	118.592,68
16	1551	Construção da Creche Artur Alvim	500.000,00	500.000,00
16	1553	Construção da Creche City Jaraguá IV	526.054,24	526.054,24
16	1554	Construção da Creche Cohab Adventista II	716.163,78	587.742,29
16	1555	Construção da Creche Cohab Adventista I	396.530,00	318.030,92
16	1556	Construção da Creche Cohab José Bonifácio	931.056,91	798.521,35
16	1558	Construção da Creche Jardim Bandeirantes	271.310,00	116.800,72
16	1559	Construção da Creche Cohab Jardim Barro Branco II - A	806.421,42	806.421,42
16	1560	Construção da Creche Jardim Climax II	538.306,93	538.306,93
16	1561	Construção da Creche Jardim das Orquídeas	673.992,52	673.992,52
16	1563	Construção da Creche Jardim das Ventanas	284.261,82	284.261,82
16	1565	Construção da Creche Jardim Miriam I	730.450,00	15.944,93
16	1567	Construção da Creche Parque Boa Esperança	477.453,33	477.453,33
16	1569	Construção da Creche Parque Nova Santa Amara	803.766,48	696.328,98
16	1570	Construção da Creche Recanto dos Humildes	392.273,85	392.273,85
16	1571	Construção da Creche Rio Pequeno I	730.450,00	23.382,60
16	1572	Construção da Creche Rio Pequeno II	672.237,73	672.237,73



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ASSESSORIA GERAL DO ORÇAMENTO - AGO

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO
LRF, § único do art. 45

Posição: 31.03.02

EM REAIS

Órgão	Projeto	Descrição do Projeto	Dotação Atualizada	Valor Empenhado
16	1573	Construção da Creche Santa Etelvina IV-A	296.680,00	296.680,00
16	1574	Construção da Creche Santa Etelvina V-A	730.450,00	623.032,69
16	1575	Construção da Creche Sapopemba II-A	568.483,32	568.483,32
16	1576	Construção da Creche Vila Almoré	1.018.744,45	870.460,45
16	1578	Construção da Creche Vila Marilena	363.140,69	229.596,84
16	1580	Construção da Creche Vila Santo Stefano - Emenda 078 - Parcial	834.800,00	20.689,74
16	1701	Construção da EMEI Cecília Meireles	430.264,67	430.173,49
16	1705	Construção da EMEI Jardim Nélia	969.603,89	775.474,21
17	1383	Implantação do PMAT - Programa de Modernização da Admin. Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos	22.516.599,50	2.880.000,00
17	3000	Meihorias e Benfeitorias nas Dependências de SF	970.455,00	14.692,82
18	3101	Ampliação e Reforma de Equipamentos de Saúde	20.870.000,00	2.497.831,45
19	3501	Reforma e Ampliação do Autódromo José Carlos Pace	7.084.457,50	6.810.464,39
20	3700	Aumento de Capital da São Paulo Transporte S/A	52.905.450,00	10.000.000,00
20	3702	Implantação de Veículos Leves Sobre Pneus - V.L.P.	66.060.533,11	320.033,11
20	3715	Implantação do Bilhete Único	10.435.000,00	5.395.425,00
20	3720	Implantação de Pátios e Remoção Veículos	2.001.043,60	2.000.000,00
20	3724	Implantação de Corredores Operacionais de Transporte Coletivo - Via Livre	34.000.000,00	19.805.680,59
21	3851	Meihorias e Benfeitorias nas Dependências de SJ	2.212.220,00	626.123,24
22	5001	Canalização do Riacho dos Machados - AR/SM - PROCAV	3.117.286,28	1.026.476,00
22	5002	Canalização do Córrego Guaratã - AR/FO - PROCAV	4.574.309,19	1.694.880,00
22	5003	Córrego Ipiranga - AR/VP - Emenda 17 - Parcial	4.956.550,00	862.991,68
22	5006	Contratação de Projetos Hidráulicos	1.504.350,00	471.235,08
22	5007	Canalização do Córrego Pirajussara (AR/CL/9T)	4.401.000,00	250.000,00

 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ASSESSORIA GERAL DO ORÇAMENTO - AGO				
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO LRF, § único do art. 45				
Posição: 31.03.02			EM REAIS	
Órgão	Projeto	Descrição do Projeto	Dotação Atualizada	Valor Empenhado
22	5009	Galeria da Bacia do Córrego Cabuçu de Baixo - PROCAV	6.308.288,75	3.509.800,00
22	5013	Galeria do Córrego Franquinho - AR/PE - PROCAV	2.479.833,29	1.921.620,00
22	5018	Obras de Drenagem de Pequeno e Médio Porte	8.570.901,00	959.218,00
22	5022	Retificação e Canalização do Córrego Aricanduva - AR/MO - AR/PE - AR/SM - PROCAV	28.701.522,57	3.647.098,18
22	5023	Canalização do Córrego Taboão - AR/MO - PROCAV	6.600.165,71	3.378.400,00
22	5025	Canalização do Córrego Itaquera - AR/MP - PROCAV	3.900.000,00	3.900.000,00
22	5028	Canalização do Córrego Rio das Pedras - PROCAV	1.673.658,68	673.200,00
22	5030	Canalização Córrego Jaboticabal/Jardim Santa Cruz - AR/JP	2.004.350,00	363.000,00
22	5049	Pavimentação da Estrada M'Boi Mirim - SPA-060 - AR/CL - Emenda 783 - Parcial	208.700,00	1.527,45
22	5057	Pavimentação da Avenida Córrego Guarujá - AR/FO - PROCAV	1.660.098,12	563.500,00
22	5058	Pavimentação da Avenida Córrego Franquinho - AR/PE - PROCAV	5.382.167,63	1.312.000,00
22	5059	Pavimentação da Avenida Riacho dos Machados - AR/SM/VP - PROCAV	7.419.811,89	2.724.816,00
22	5060	Pavimentação da Avenida Rio das Pedras - PROCAV	2.298.754,48	2.296.112,48
22	5061	Contratação de Projetos Viários	1.104.350,00	80.616,43
22	5063	Construção de Passarelas para Pedestres	218.890,11	202.817,51
22	5064	Construção de Pontes, Pontilhões e Muros de Contenção	2.747.952,93	140.000,00
22	5066	Pavimentação de Ruas e Avenidas, Obras Complementares e Programas Comunitários	26.171.629,51	2.989.064,65
22	5068	Pavimentação Avenida Córrego Taboão - PROCAV	5.246.101,09	1.807.631,09
22	5070	Pavimentação Avenida Córrego Inhumas - PROCAV	1.118.866,64	264.460,00
22	5071	Viaduto da Av. Itaim Sobre a Ferrovia - AR/MP	2.335.000,00	499.804,98
22	5073	Pavimentação Avenida Córrego Pirajussara	5.877.199,00	100.000,00
22	5075	Pavimentação Avenida Córrego Itaquera - AR/IVQ - PROCAV	8.385.000,00	4.013.437,85
22	5077	Melhorias do Sistema Viário	3.968.163,84	1.100.000,00

 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ASSESSORIA GERAL DO ORÇAMENTO - AGO				
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO LRF, § único do art. 45				
Posição: 31.03.02			EM REAIS	
Órgão	Projeto	Descrição do Projeto	Dotação Atualizada	Valor Empenhado
22	5078	Levantamentos Topográficos e Cadastrais	196.251,45	186.339,90
22	5081	Viaduto Sobre a Ferrovia Próximo a Estação do Jaraguá - AR/VPJ	1.122.238,00	300.000,00
22	5090	Alça de Acesso c/Pavim. e Bala de Retorno na Estrada de Iguatemi na junção com a R.Nascer do Sol -AR/VG	251.899,00	224.912,17
22	5160	Ampliação da Rede de Iluminação Pública com Luminárias Comuns e Especiais	2.287.553,40	357.627,34
22	5173	Canalização do Córrego Jacú-Pêssego (1)	3.298.248,90	3.297.248,90
22	5181	Cebolinha Sena Madureira - AR/VVM	7.562.244,50	7.231.092,20
22	5192	Projeto Passarela Cebolinha/Sena Madureira - AR/VVM	156.525,00	150.000,00
23	5800	Construção, Instalação e Reforma de Edifícios para Uso da Administração Municipal	776.119,67	297.485,58
23	5801	Construção e Reforma de Postos para o Corpo de Bombeiros	3.165.241,68	2.168.555,41
23	5803	Construção, Ampliação e Reforma de Cemitérios	395.488,50	100.000,00
23	5812	Implantação de Aterros Sanitários	4.174.000,00	4.000.000,00
24	5837	Ampliação e Reforma de Próprios Administrativos da Secretaria Municipal de Assistência Social	208.700,00	2.615,18
25	5972	Reforma da Biblioteca de Vila Formosa "Paulo Setúbal"	208.700,00	200.000,00
25	5989	Restauração de Imóveis Históricos e Reforma de Museus	313.050,00	52.618,42
26	7000	Construção, Ampliação e Reforma nos Centros de Abastecimento Municipais	1.398.159,07	126.419,26
27	7116	Reforma e Ampliação das Unidades Operacionais do DEPAVE	418.280,71	54.909,09
27	7117	Implantação de Áreas Verdes	62.087,00	45.926,40
27	7120	Proteção Ambiental das Bacias Hidrográficas - PROCAV II	15.898.365,95	2.284.044,95
28	7200	Aumento de Capital da Companhia de Processamento de Dados do Município - PROOAM	5.217.500,00	5.000.000,00
TOTAL			806.161.702,11	271.276.298,55

(1) Obra Concluída
(2) DEA'S - Despesas de Exercícios Anteriores